

Opinião – “Ambientalistas atrapalham o amianto”

“Os desdobramentos do debate sobre o livre uso do amianto no Brasil ainda seguirão adentro na próxima legislatura do Congresso. O fato é que é preciso reavaliar a máxima de que ambientalista só serve para atrapalhar”

Renata Camargo - Formada em Jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB), é especialista em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pelo CDS/UnB. Já atuou como repórter nos jornais Correio Braziliense, CorreioWeb e Jornal do Brasil e como assessora de imprensa na Universidade de Brasília e Embaixada da Venezuela. Trabalha no Congresso em Foco desde 2008.

Num bar em Brasília, ouvi de um servidor público do Ministério de Minas e Energia que “ambientalista só serve para atrapalhar”. A discussão, naquele momento, era sobre o uso do amianto no Brasil. Pois bem. Nesta semana, ambientalistas no Congresso tentaram pela sétima vez atrapalhar os interesses econômicos da indústria do amianto. Desta vez, não conseguiram, mas prometem continuar tentando.

A tentativa foi feita na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, onde está para ser votado desde abril um relatório intitulado Dossiê Amianto Brasil. Elaborado após dois anos de pesquisa, o relatório aponta os malefícios do amianto para a saúde e para o meio ambiente e conclui pelo banimento desse minério no país.

O Brasil é terceiro maior exportador e o quinto maior produtor de amianto no mundo. Esse minério, de alto custo e benefício em termos econômicos, é utilizado para fazer telhas, caixas d'água, pastilhas de freio, discos de embreagem, guindastes, cordas, mantas de isolamento térmico, tubulações e várias outras utilidades.

A indústria do amianto movimenta por ano no Brasil cerca de R\$ 2,5 bilhões. As primeiras jazidas no país começaram a ser exploradas a partir da década de 1940. Desde aquela época, o grupo que hoje pertence à S.A. Mineração de Amianto (SAMA) dominava a exploração. Atualmente, segundo o dossiê, 100% da produção da fibra segue nas mãos da SAMA, do qual pertence a empresa Eternit S. A, velha conhecida dos consumidores.

Alto custo e benefício, variedade na elaboração de produtos e movimentação de bilhões na economia brasileira. Por que, então, esses ambientalistas, que só servem para atrapalhar, tentam banir o amianto no Brasil? A resposta é dada por especialistas dos Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde.

Segundo o Meio Ambiente, a degradação ambiental causada pela exploração desse minério é incomensurável. Os impactos, como devastação e contaminação de lençóis freáticos, são apenas algumas das consequências. A Saúde aponta as mazelas para o bem-estar público: o amianto causa, entre outras coisas, câncer de pulmão, fibrose pulmonar, doenças pleurais, câncer de laringe.

Vários casos são relatados no dossiê. Mas, enquanto três ministérios são a favor do banimento – **inclui aí o Ministério do Trabalho e Emprego, que está dividido** –, outros três são favoráveis à livre produção e comercialização do amianto: o de Minas e Energia, de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e das Relações Exteriores.

Minas e Energia é historicamente defensor do amianto, assim como a Indústria. Os ministérios defendem que a exploração e transformação do amianto “são altamente seguros”. Mas o dossiê denuncia que “além de apoiar politicamente e fazer propaganda dos produtos da SAMA, o Ministério de Minas e Energia contribui financeiramente com a empresa”.

O uso de amianto é proibido em 50 países. O maior consumidor mundial desse minério é a Índia, que é também o maior consumidor do amianto brasileiro. O apoio do Ministério das Relações Exteriores, segundo o dossiê, se dá por interesses comerciais.

Os desdobramentos do debate sobre o livre uso do amianto no Brasil ainda seguirão adentro na próxima legislatura do Congresso. **O fato é que é preciso reavaliar a máxima de que**

“ambientalista só serve para atrapalhar”. Se acima de tudo estiver o crescimento pelo crescimento e os “interesses econômicos”, não importando a saúde pública, os direitos trabalhistas e os recursos naturais, então certamente ambientalista só servirão para encher o saco. Se não for isso, é preciso rever os termos e ampliar o diálogo entre os ministérios.

*16-12-2010 – Site Congresso em Foco